

A Febre Amarela em Fortaleza no Ano de 1851

LUÍS SUCUPIRA

O estado sanitário da cidade de Fortaleza no Século XIX nunca foi satisfatório. Lendo-se os Relatórios dos então Presidentes da Província do Ceará á Assembléia Legislativa, verifica-se que não havia ano em que não se registrassem surtos de moléstias infecto-contagiosas, que atingiam a população, além das que se tornavam crônicas como sarampo, paludismo, disenterias e febres de mau caráter. Isso pode ser notado desde o ano de 1838, quando começam a aparecer nos documentos oficiais informes sobre as afecções mórbidas ocorridas na Província.

Para a manutenção dêsse permanente atentado á saúde da população muito concorria o total desprezo votado aos mais indispensáveis cuidados com a hygiene, tanto particular como pública.

Não havia calçamento e muito menos qualquer arremedo de um serviço de água e esgotos. O açude Pajeú se apresentava como um charco, onde a água empoçada era utilizada para a serventia das casas, lavagem de roupa e de animais. Nas poucas ruas da cidade funcionavam salgadeiras de couros, os quais eram estendidos no areal, de frente das residências; criavam-se porcos nos quintais; os dejectos humanos eram lançados em plena rua e os animais que vinham a morrer ficavam onde caíam, apodrecendo devorados pelos urubus em constante festa.

No ano de 1851, conforme publicava o jornal "Cearense", a cidade encontrava-se em deplorável estado de sujidade. A montureira se exhibia por tôda parte. As "frentes", então muito numerosas, que a Câmara obrigava a levantar no perímetro urbano, diante dos terrenos devolutos,

se transformavam em receptáculos de lixo e de tôda sorte de dejectos da vizinhança. Os becos eram entupidos por monturos de imundícies e no mercado a falta de asseio era total. O jornal cita "o beco da casa do sr. Garcia, tão imundo pelo despejo de matérias fecais que nêle fazem, que só por si seria capaz de empestar uma cidade".

Foi justamente nessa época que se notificaram em Fortaleza os primeiros casos de febre amarela, isto em junho, mas se manifestaram de forma tão benigna que não despertaram a atenção geral, não provocando nenhum óbito, havendo mesmo os médicos classificado a doença de "febre gástrica".

No mês de julho, no dia 4 á tarde, chegava a Fortaleza, logo assumindo suas funções, o 18.º Presidente da Província, dr. Joaquim Marcos de Almeida Rego, o primeiro médico a ocupar êsse posto, até então só desempenhado por militares, bacharéis, padres, agricultores e proprietários.

E foi a partir de 15 de julho, isto é, apenas dez dias após o início do seu govêrno, que a doença entrou em fase mais intensa, começando a fazer vítimas fatais, atingindo mesmo um dos três médicos então em atividade em Fortaleza, o dr. Liberato de Castro Carreira, o primeiro a aplicar no Ceará o clorofórmio em operações, isso em 18 de maio de 1849.

Médico e carioca, estando muito a par dos terríveis efeitos da febre amarela no Rio de Janeiro, onde anualmente eram ceifadas milhares de vidas pela terrível peste, o novo Presidente procurou enfrentar o mal com a maior energia. Pôs-se á frente dos trabalhos profiláticos, indo pessoalmente, todos os dias, a cavalo, pelos bairros mais atingidos e que eram os mais afastados, como Outeiro, Prainha, Jacarecanga, Lagoinha e outros, acompanhando o tratamento dos doentes, para o que entrava no interior das residências, fossem casas ou palhoças.

Como resultado das providências tomadas pelo Presidente da Província, não só dirigindo em pessoa os traba-

lhos de prevenção e cura, como proporcionando aos médicos existentes as facilidades no tempo cabíveis, o fato é que a epidemia, apesar de haver atingido quase metade da população da cidade, então calculada em 16 mil habitantes, não ceifou o elevado número de vidas sempre ocorrente por onde ela passava. Quem o diz é o próprio Presidente Almeida Rego, em seu Relatório á Assembléia: “Se bem que tenhamos a lamentar uma perda considerável de vidas, todavia, atenta a natureza e gravidade da febre e o número de pessoas afetadas por tão terrível flagelo, a mortalidade foi em pequena escala, pois que, podendo-se avaliar o número de doentes desta Capital em 6.000, apenas se nota o número de mortos constantes do mapa n. 3”. Nesse mapa se verifica que faleceram até julho 64 pessoas; em agôsto, 109, em setembro, 43, donde um total de somente 236 óbitos, sendo de notar que a maior incidência verificou-se nos dias 13, 17 e 22 de agôsto, quando os óbitos atingiram a 9 em cada um deles.

No exame da ocorrência, o que chama, de certo modo a atenção, é o conhecimento e o tratamento da febre amarela pela medicina da época.

Em Fortaleza, naqueles anos, clinicavam apenas três médicos: drs. José Lourenço de Castro e Silva, Liberato de Castro Carreira e Marcos José Teófilo, êste recém-formado na Bahia e que mal iniciava sua vida profissional. Foi pai de Rodolfo Teófilo. O dr. José Lourenço, doutorado em 1836, pela Academia Imperial do Rio de Janeiro, gozava de grande conceito não só no Ceará mas também no Rio, figurando seu nome na Imperial Academia de Medicina. O dr. Castro Carreira, formado pela Escola de Medicina do Rio de Janeiro, em 1844, era também considerado um ilustre facultativo, o primeiro a utilizar a anestesia pelo clorofórmio nas operações cirúrgicas, processo que acabava de ser adotado na Europa e que fôra trazido para o Brasil em 1849 pelo professor Manoel Feliciano, então pontífice da cirurgia nacional. Foi ainda Castro Carreira quem iniciou,

no Ceará, o tratamento pelo método terapêutico de Hahnemann, ou seja a homeopatia, atraindo muitos adeptos e realizando curas espetaculares. Ele mesmo afirma, em ofício ao Presidente da Província que, “não perdi ainda um só doente, e isto atribuo não só á energia do tratamento que emprego, como porque os doentes, chamam, logo que são afetados, os socorros da ciência, e também à benignidade com que se tem apresentado a epidemia”, acrescentando: “o tratamento que tenho aplicado tem sido só e exclusivamente homeopático, com o que tenho obtido os mais belos resultados em 12, 24 e 36 horas, e poucos têm excedido de 4 dias”.

Seria interessante apreciar, agora, quando a ciência médica está de posse dos segredos de que, até então, se cercava a diátese dos vômitos negros, como era a doença encarada pela medicina. O próprio dr. Castro Carreira, no aludido ofício, diz: “Não entrarei na questão de ser ou não ser contagiosa a moléstia: a ocasião não é própria nem eu aumentaria cousa alguma ao que têm dito imensas capacidades pró e contra. O que é verdade, e que a experiência tem mostrado, é que a moléstia não pega por contacto imediato ou mediato do doente: se assim fôra, os médicos seriam os primeiros a serem contagiados do mal, apenas tratassem de algum doente”.

Os estudiosos do assunto informam que a febre amarela existia na América antes do seu descobrimento. A primeira referência ao mal se encontra na “História Geral das Índias”, de Oviedo, quando afirma que, na segunda viagem de Colombo, em 1494, na qual tomavam parte 1.500 espanhóis, quase todos pereceram atacados por uma febre que tem todas as características da febre amarela.

Sua entrada no Brasil só é anotada em 1685, quando fez muitas vítimas em Pernambuco e na Bahia, recebendo o nome de bicha ou males.

Somente em 1849 voltou-se a falar na doença, quando ela retornou á Bahia, tornando-se, então, epidemia suces-

siva, o mesmo verificando-se no resto do País, especialmente no Rio, onde, anualmente, durante o verão era certo o seu aparecimento com maior ou menor virulência, atacando e matando milhares de pessoas de tôdas as classes, mas de modo especial os estrangeiros.

Ignorando-se a causa e o modo de transmissão da moléstia, gozava ela de livre trânsito em tôda parte, não sendo de estranhar que não dispusessem os nossos médicos do século XIX de conhecimentos precisos e meios adequados para combater o flagelo.

Hoje se sabe que a febre amarela tem por causa um germe ultramicroscópico filtrável, transmitido de doentes a sãos pelo mosquito rajado, *stegomia fasciata*, também chamado *aedes argentem*, mosquito que deposita seus ovos em águas paradas, os quais se desenvolvem com o calor, formando o que o povo chama de “martelos”. O mecanismo da transmissão da doença foi estudado e descoberto por Finlay, juntamente com Marchoux, no fim do século passado, em Havana. E verificaram mais que só a fêmea é responsável pela transmissão do vírus. Agora se sabe que a fase de contaminação no doente não passa dos três primeiros dias. Para evitar a irradiação do mal, antes de êste aparecer, o recurso é extinguir os focos de reprodução da *stegomia* e, ocorrido êle, isolar o doente, evitando que êste seja picado pelo mosquito, que levará o germe ás pessoas sãs. Também inventou-se a vacina preventiva, a qual se tornou hoje obrigatória para os que viajam dos países tropicais para o estrangeiro.

Vejamos, agora, a opinião da Medicina nos meados do Século XIX a respeito da doença, que os cearenses denominavam de “febre reinante” conforme se lê na imprensa da época.

O dr. Castro Carreira afirmava que “o agente verdadeiro estava num *quid* da atmosfera, que nós não podemos determinar”, e mais tarde, voltava a afirmar que “a causa da moléstia existe na atmosfera, aí a obtém aquele que mais

disposto se acha para a contrair: portanto, para ela é que cumpre chamar tôda a atenção”. Opinando, depois, sobre a necessidade de ser “entupida” a Lagoa do Garrote, medida alvitrada pelo Presidente da Província, afirmou que “não obstante ter esta lagoa os inconvenientes das águas empoçadas, nem por isso a julgo uma das poderosas causas de nossas moléstias e nem da infecção da atmosfera”.

O dr. José Lourenço também entendia que a Lagoa do Garrote, pela sua profundidade e sem grande quantidade de vegetais e matérias animais, que entrassem em decomposição, achava-se bem longe de produzir as causas da incubação mórbida, e que, “mesmo desconhecesse quais eram os elementos precisos para a infecção da atmosfera, me convenceria de que nesta lagoa nenhuns existem, vendo que em sua vizinhança goza-se de mais saúde do que nos lugares mais próximos á cidade, não obstante a muita pobreza que aí habita”. E concluía afirmando que “a existência desta lagoa não pode concorrer para infeccionar a atmosfera”.

O dr. Marcos Teófilo não hesita em ver na lagoa “um charco em que se conservam em dissolução constante corpos que, em evaporação, são suficientes para produzirem uma das causas poderosas ou entreterem diferentes moléstias que no fim de cada ano notamos nesta Capital”. Fundado nessa opinião aconselha o Presidente “o dessecamento da lagoa sem perda de tempo, convencido de que não só se enfraquecerão as causas da endemia, como deixarão de aparecer com tanta frequência as febres intermitentes que observamos”.

Como se vê, a medicina, no chamado Séclo das Luzes, no tocante ás doenças infecciosas, ainda engatinhava como nos tempos de gregos e romanos. Ficava-se na convicção do contágio, ou mais precisamente, da transmissão de determinadas moléstias. E o que persistia era a certeza da infecção, termo de sentido ligado ao olfato (fétido), porque em alguns casos se manifestavam fenômenos putrefativos.

Daí atribuir-se á atmosfera, ao ar, a propagação das doenças infecciosas, com o mau cheiro desprendido. O remédio mais adotado, então, seria a desinfecção, que consistia na produção de vapores ou fumaças, capazes de sanearem o ambiente, modificando o mau cheiro, desodorizando-o.

Nas condições atuais, quando a ciência já explicou a causa e a forma de propagação das enfermidades infecto-contagiosas, as expressões **contágio**, **infeção**, **desinfecção** já não teriam mais razão de ser, mas nem por isso deixam de ser empregados correntemente.

De acôrdo, portanto, com os processos higiênicos adotados pelas “imensas capacidades”, a que aludia o dr. Castro Carreira, aconselhou êste ao Presidente, entre várias medidas “fazer fumigações nos lugares onde há ajuntamentos e reuniões”. Não esclarece a determinação qual o material a empregar nas recomendadas “fumigações”. Mas nesse conselho não andava muito atrasado o ilustre facultativo, pois atualmente uma das formas apontadas para dar combate á febre amarela, quando ela se manifesta, é “queimar pó da Pérsia ou piretro, na dose de 8 a 10 gramas por metro cúbico, fechadas as aberturas dos aposentos para matar os mosquitos existentes. O enxofre é também recomendado, na proporção de 10 a 20 gramas por metro cúbico.

Embora atribuindo a propagação da moléstia a um “quid” existente na atmosfera, propunha no entanto, o dr. Castro Carreira, como “meios higiênicos”, o “escoamento das águas dos quintais da Rua de Baixo e ordem expressa para que se conservassem as valas sempre limpas e a água com livre trânsito, não continuando, como se acham no mais triste e deplorável estado de podridão”. Preconizava também, “a limpeza das ruas, becos e travessas, que se acham entulhados de cisco e imundície de tôda espécie, acontecendo como no cacimbão, chafariz da cidade e da praia, largo da Matriz pelo lado da casa do sr. dr. Marcos, e em outras muitas partes, que, pelo mau estado de limpeza causam nojo e vergonha”. Reclamava também contra a

falta de asseio “nas fontes donde tiramos água para nossa alimentação, pois que, como se pratica atualmente, é sem dúvida tomar água da pior qualidade, pela porcaria que praticam as pessoas que a vão colher”.

O Presidente da Província determinou ao Chefe de Polícia que fossem cumpridas sem delongas as medidas sugeridas pelo dr. Castro Carreira, entrando a população em grande atividade, procurando todo mundo capinar seus quintais, reunir o lixo, enterrando-o convenientemente, de tal modo que, como se lê em relato da época, “em poucos dias era outro o aspecto de Fortaleza”.

O interessante na observação dêsses acontecimentos é que foi justamente depois que se procedeu á limpeza da cidade que a epidemia tomou corpo e tornou-se ameaçadora. Os casos, que até então iam aparecendo com raridade, “um aqui, outro acolá”, multiplicaram-se a partir de junho. Como disse o Presidente Almeida Rego, rara foi a família poupada, sem distinção de ricos e pobres, padres e médicos. Só em setembro começou a declinar a moléstia, e isso porque, na afirmação do dr. Castro Carreira, “a febre não tinha mais a quem atacar”. Em outubro e novembro estava ela quase extinta. Mas na Capital, pois alastrou-se pelo interior, fazendo vítimas em Quixeramobim, Baturité, Pacatuba, Aquiraz, São Bernardo das Russas, Icó, Aracati, onde grassou com violência, sendo rara a casa em que não houvesse uma pessoa atingida.

Encerrando essa perfunctória apreciação da incidência da epidemia de febre amarela em Fortaleza, no ano de 1851, não é desinteressante ressaltar o emprêgo da homeopatia no tratamento da moléstia com resultados os mais satisfatórios, na expressão mesmo do dr. Castro Carreira, que foi ardoroso aplicador do processo em nosso Estado, aqui trazido pelo dr. Augusto Jernstedh, em dezembro de 1848. Graças a êsse propagandista, difundiram-se as “boticas homeopáticas”, ou pequenas caixas com vidrinhos de remédios, acompanhadas de livros que ensinavam como aplicá-los.

Entre as pessoas que se tornaram “médicos homeopatas” destacaram-se em Fortaleza José Henrique Samico, aliás vitimado pela febre amarela em 15 de agosto de 1851 e Cândido José Pamplona, que se dedicou ao caridoso mister de curar doentes com a milagrosa aguiinha durante 17 anos. Adquiriu grande notoriedade por ter curado a esposa do Presidente da Província, dr. Silveira de Sousa, em 1858, depois de haver ela sido desenganada pelos médicos.

Na fase aguda da febre amarela, o tabelião Cândido Pamplona, que faleceu em 1866 no seu sítio Murtipicu, hoje Barro Vermelho, não tinha mãos a medir, atendendo continuamente a numerosos doentes, quase todos ficando curados.

Igualmente empregaram a homeopatia muitas famílias, guiadas pelas Instruções constantes dos folhetos publicados, donde concluir-se que a estatística das pessoas atingidas pela febre, apresentada por Almeida Rego não representava a realidade, visto como êsses casos tratados em particular não eram levados ao conhecimento das autoridades, salvo quando se tornavam assustadores.

Agora é o caso de perguntar-se que específicos aplicavam os “médicos-homeopatas”, que tinturas, que glóbulos, que dinamização utilizavam. Infelizmente os documentos da época não deixam margem a conclusões definidas e claras. Mas o fato é que a homeopatia curava aquêles que eram tratados com seu método, e isso sustenta o dr. Castro Carreira, alegando que obtinha “belos resultados”, no exíguo prazo de 12, 24 e 36 horas, não tendo perdido um só caso.